

Renasce Brasil – 2005 – Valvim M Dutra

CAPÍTULO 16

IMPORTAÇÕES e PRIVATIZAÇÕES

Em meados da década de 90, o Brasil adotou a técnica de abertura de importações para forçar concorrência com os produtos nacionais e, assim, conter os preços inibindo a inflação. Naquela ocasião o governo conseguiu o que queria, só não previu os dolorosos efeitos colaterais que viriam logo a seguir.

É verdade que a liberdade de importar é benéfica a qualquer país, especialmente quando é administrada de forma a suprir apenas o que estiver em falta no mercado interno. Mas, se as importações têm outros objetivos, ou se é estimulada para mascarar alguma situação interna, como se fez no Brasil na década de 90, é lógico que isso vai gerar efeitos colaterais negativos e anti-sociais. É possível que as autoridades não tivessem outra alternativa para conter a inflação naquela ocasião. Hoje, no entanto, temos que dosar a liberdade com a justiça porque só o que é, livre e justo, permanece sólido e estável sem gerar efeitos imprevisíveis e danosos. Artimanhas espertas e maliciosas, ainda que muito bem formuladas e bem intencionadas, não passam de castelos de areia que se desmoronam rapidamente quando chega o mau tempo. Por isso precisamos desenvolver uma estrutura firme e definitiva para minimizar nossa dependência, seja de importações, seja de exportações.

Inflação: doença ou sintoma?

Já é tempo dos economistas do governo entenderem que inflação não é doença. A inflação é, na verdade, apenas sintoma de doença social e econômica em andamento. É exatamente como uma pessoa que tem febre; a febre não é doença, é apenas sintoma de alguma anomalia em andamento ou de alguma mutação e desequilíbrio no crescimento. Portanto, não podemos esquecer que analgésicos e antitérmicos combatem eficientemente os sintomas, mas não curam a doença. A maioria

das "doenças brasileiras" só será curada a partir do momento que fizermos uma reformulação cultural que dê ênfase aos 4 pilares sociais da cultura cristã. A carência da verdade, da justiça justa e social, da liberdade moderada e da igualdade de oportunidade, é a real causa de todos os males que atingem o Brasil. (Males que produzem dolorosos sintomas como: inflação, recessão, desemprego, violências, “favelamentos” e outros).

Infelizmente, os governantes brasileiros ainda não entenderam que conter a inflação não é a mesma coisa que conter o desequilíbrio econômico e social que faz as pessoas empobrecerem dia após dia. A inflação é apenas uma das válvulas, de escape, da pressão produzida pelos inúmeros desequilíbrios sociais e econômicos existentes no Brasil. Se a válvula da inflação é bloqueada, ou contida por qualquer técnica de esperteza (do tipo congelamentos, excesso de importações ou exportações, juros estratosféricos, etc.), outras válvulas se romperão para dar vazão a tal pressão e continuar corroendo a economia do país. (Em 1998, Um Real valia Um Dólar. Hoje, quanto vale?...).

A contenção forçada da inflação (sem a correção da verdadeira causa) açiona a válvula da recessão, do desemprego, dos juros absurdos, do endividamento público, da desvalorização cambial e da violência que destrói, que gera rebeliões e que algumas vezes resultam em guerras civis. Portanto, não adianta elaborarmos planos engenhosos e “espertos” para tentar desenvolver o Brasil. As verdadeiras soluções só virão quando dermos mais crédito aos 4 pilares fundamentais da cultura cristã. (Pilares que, até o século XX, eram seriamente respeitados pelos países desenvolvidos). Precisamos entender, de fato, que uma grande nação se faz com um bom padrão cultural, ou seja, bons hábitos, boa conduta, crenças verdadeiras, costumes decentes e boa educação. Planos econômicos, sozinhos, não são suficientes.

Com relação à política de importação, a liberdade de importar é boa e deve ser permitida e estimulada. Entretanto, precisamos retocar alguns detalhes nesta área para não complicarmos ainda mais a situação brasileira. O excesso de importação, de produtos industrializados, ou o excesso de exportação de matéria prima, pode até ajudar a segurar a inflação, mas isso não produz lucro real para o país. Os resultados

econômicos e sociais, da década de 90, significativamente recessivos comprovam esta realidade.

O efeito recessivo acontece porque os preços de uma indústria estão diretamente relacionados ao seu volume de vendas. Quando uma indústria tem as vendas aumentadas, os custos de produção diminuem aumentando assim a sua margem de lucro. Logo, ela pode baixar seus preços sem nenhum problema caso seja necessário. Portanto, quando importamos das indústrias internacionais estamos aumentando os seus mercados e dando a elas recursos financeiros para diminuir seus preços. O grande problema é que isso reduz a capacidade de competição da indústria nacional, que tendo suas vendas e sua produção diminuídas ficam em dificuldades financeiras para baixar os seus preços também. O resultado, entre outras coisas, é a "quebradeira" e o desemprego que constatamos na década de 90. Se, por outro lado, exportamos matéria prima a baixos preços para fazer "superávits", estamos da mesma forma fortalecendo as indústrias internacionais e comprometendo o futuro do nosso mercado.

Em meados dos anos 90, algumas indústrias, pressionadas pela recessão, tentaram sobreviver importando produtos pré-fabricados para comercializá-los como "Made in Brazil". Este "jeitinho brasileiro" (provocado pelo próprio governo) abriu espaço para os produtos "*espertos*", produtos de atrativa aparência externa, baratos, porém de péssima qualidade interna e de baixíssima durabilidade.

A partir dessa ocasião o consumidor brasileiro passou a comprar produtos de boa aparência e bom preço, mas de baixa resistência e que logo se danificam transformando o aparentemente barato em muito mais caro ao final das contas. Este fato ocorreu em vários setores, principalmente nos de eletro-eletrônicos e de brinquedos (setores onde a qualidade dos produtos foi denegrida em prol do preço¹ para manter o programa de inflação zero).

¹ **Qualidade versus preço** – Precisamos ficar atentos às pressões do governo sobre o setor de medicamentos também. O Governo se preocupou demais em conter a inflação e, com isso, estimulou a falsificação e a pirataria através dos chamados "*genéricos*". (Essa concorrência desleal pode ter colocado em risco a qualidade e a eficiência dos medicamentos originais também).

Durante os anos 90, o Brasil não lucrou muita coisa com a abertura exagerada das importações. Até os números do governo deixaram de ser confiáveis. Produtos pré-fabricados, fora do Brasil, foram contabilizados como se fossem frutos da indústria nacional (só porque a etiqueta de identificação era brasileira). Em 1998, qualquer cidadão poderia constatar esta realidade, bastaria observar que nas lojas de eletroeletrônicos existia um mesmo modelo de aparelho, mas com nome de fabricantes diferentes. A igualdade exata demonstrava que saíram de uma mesma indústria, normalmente asiática, porém receberam etiquetas com nomes de empresas brasileiras. A maioria dessas empresas fez isso para se manter na ativa e não ser obrigada a fechar suas portas.

O tratamento do sintoma, inflação, através de “overdoses” de importação e de juros, provocou inúmeros efeitos colaterais. O mais preocupante, no entanto, é que as manipulações cambiais e a contenção de salários não vão resolver estes problemas. Elas vão apenas mudá-los de cara e empobrecer o Brasil, podendo, inclusive, reacender a inflação.

Portanto, temos que melhorar a política de importação e exportação principalmente de produtos industrializados. Nesse caso, poderíamos utilizar o método da consequência recaindo sobre a causa. Se os aparelhos eletrônicos, por exemplo, estão sendo importados porque os equivalentes nacionais ainda estão tecnologicamente atrasados, então o dinheiro da taxa de importação, destes produtos, tem que ser utilizado no aperfeiçoamento tecnológico da indústria nacional de eletrônicos. Se os produtos têxteis também estão sendo importados por consequência de preços nacionais elevados, então o dinheiro das taxas de importação, destes produtos, deve ser utilizado no aperfeiçoamento tecnológico da indústria têxtil nacional, para que ela se desenvolva e melhore sua qualidade e seus preços.

Essa técnica combateria a defasagem de preços e o excesso de importações em todos os setores sujeitos à concorrência externa. Observe que sempre que as importações aumentassem, os recursos para desenvolver tecnologia brasileira também aumentariam na mesma proporção. Essa é a melhor maneira de combatermos as verdadeiras causas que dão origem ao excesso de importações. É bom lembrarmos, inclusive, que se o Brasil tem algum inimigo que mereça ser punido por todos os nossos problemas econômicos, esse inimigo não é a indústria

nacional. A indústria nacional pode não ser perfeita, mas tem que ser tratada como aliada do país.

Para viabilizar este projeto, de auto-equilíbrio das importações e dos preços nacionais, precisaríamos criar alguns centros de pesquisas tecnológicas especificamente para esta finalidade. Estes centros ficariam sob a administração das empresas que utilizariam a respectiva tecnologia. As empresas entrariam com a responsabilidade administrativa e com as diretrizes de pesquisa, enquanto o Governo entraria com o dinheiro das taxas de importações.

A escolha do setor privado, para ser o administrador é porque um centro de desenvolvimento tecnológico dá ótimos resultados desde que constituído de verdadeiros profissionais de pesquisa (que tenham verdadeira vocação científica). Sabemos que a iniciativa privada tem melhor capacidade de identificar os cientistas realmente capazes de gerar soluções. O setor público brasileiro é por demais generoso e tem o hábito do apadrinhamento (“cabide de emprego”). Por isso, a administração destes centros tecnológicos deve ficar a cargo da iniciativa privada, por ter maiores chances de apresentar bons resultados num tempo menor.

Um bom exemplo, de sucesso, de semelhante tipo de parceria entre o governo e a iniciativa privada, é o SENAI e o SENAC. Portanto, esta seria a alternativa mais adequada para equilibrar importações e exportações mantendo a taxa de câmbio no seu nível normal, (sem sacrificar o salário dos brasileiros com vem ocorrendo nos últimos anos). Este projeto, apesar de positivo, só deve apresentar pleno retorno no médio e no longo prazo; no curto prazo a implantação do “*Imposto Globalizado*” seria uma ótima alternativa. A utilização do *Imposto Globalizado* (capítulo 7) reduziria a tributação dos produtos nacionais ao mesmo tempo em que tributaria os produtos importados também.

A concorrência como condição para privatizações

As privatizações podem ser realmente importantes dentro de um processo de desenvolvimento, especialmente quando o Estado acumula empresas inúteis ou de baixo rendimento. No entanto, fazer uso do bom

senso no trato desta questão é inúmeras vezes mais importante do que fazer qualquer privatização. Então, na hora de decidir sobre o que é "privatizável", o bom senso é que deve ser a referência. Neste caso, usar de bom senso é ouvir atentamente os capitalistas e os socialistas antes de se tomar qualquer decisão. Os capitalistas preocupam-se com a eficiência e com a economia, mas os socialistas preocupam-se com o fator social e com o bem-estar geral. Logo, precisamos respeitar ambas as opiniões em todas as situações.

Já sabemos que a concorrência, quando leal e moderada, é o mecanismo mais eficiente para auto-regular preço e qualidade. Sabemos também que a livre concorrência estimula o desenvolvimento tecnológico em todos os setores produtivos, seja de bens, seja de serviços. Observe que a técnica da livre concorrência está presente em praticamente todos os setores onde a iniciativa privada atua — setores de alimentos, de vestimentas, de eletrodomésticos, de serviços, etc. Já nos setores estatais normalmente não existe concorrência. Daí surge a seguinte pergunta: qual seria o real motivo da diferença de eficiência entre as empresas privadas e as empresas estatais?

Num primeiro momento podemos pensar que tal diferença é porque a empresa privada visa sempre o lucro e, se relaxar e trabalhar mal, terá prejuízo e poderá falir. Por outro lado, a empresa estatal, não tendo esta preocupação porque o governo a ampara, relaxa e trabalha mal.

Essa desconfiança não está muito longe da realidade brasileira. Entretanto, o fenômeno concorrência é uma variável muito importante e está presente em praticamente todo o setor privado. Portanto, parece que são os efeitos da concorrência que fazem com que as empresas privadas trabalhem melhor. Elas se empenham em tempo integral porque não querem perder mercado umas para as outras. A consequência desta constante preocupação resulta no desenvolvimento administrativo e tecnológico destes setores. Logo, se esta variável chamada concorrência deixasse de existir, a empresa privada também começaria a relaxar até ficar igual a uma empresa estatal (dessas que dão prejuízo).

Por essa razão, antes de passarmos qualquer empresa estatal para a iniciativa privada, temos que avaliar muito bem a situação do mercado

na área de atuação da empresa. Se não houver possibilidade de livre concorrência, entre no mínimo duas empresas, certamente que a privatização será um passo totalmente equivocada, cujos prejuízos futuros recairão sobre os cofres públicos do mesmo jeito.

Em caso de incompetência ou de falência, de qualquer empresa que seja a única a atuar em uma atividade essencial, o governo não tem outra alternativa, a não ser socorrê-la com o dinheiro público da mesma maneira que faz com as empresas estatais. Imagine se o governo poderia deixar falir a única distribuidora de energia elétrica de uma cidade?... Seria correto deixá-la no escuro ?...

É claro que o governo se veria na obrigação de arcar com os prejuízos dessa empresa para não deixar a respectiva cidade sem energia. Logo, na hora de o governo avaliar a possibilidade de privatização de uma estatal, deve considerar a viabilidade de concorrência naquele respectivo setor. Se houver possibilidade de livre concorrência, o mais provável é que a privatização se torne bem-sucedida e benéfica para a nação. Se não houver esta possibilidade, entre duas ou mais empresas, de modo que o consumidor possa optar entre uma e outra, certamente que a médio e longo prazo essa privatização poderá se transformar num grande fracasso.

A distribuição de água e de energia elétrica, por exemplo, não admite a possibilidade de concorrência (pelo menos nos dias atuais). Isso acontece porque não é tecnicamente e economicamente viável a construção de outras linhas de distribuição para o consumidor escolher entre uma e outra. No entanto, no caso da geração e produção (no atacado), a concorrência é plenamente possível, já que um único distribuidor, seja de eletricidade, seja de água, pode comprá-las de diferentes fornecedores num clima de total concorrência.

No caso do petróleo, por exemplo, a concorrência é plenamente possível, tanto na fase de produção quanto na fase de distribuição. Note que não existe inviabilidade técnica ou prática que impeça a existência de várias empresas de prospecção, de refinamento e de distribuição em todo o país.

Na década de 90, alguns políticos avaliavam a possibilidade de privatização analisando apenas se a empresa atuava em algum setor essencial e estratégico. Se a empresa atuava num setor essencial, então consideravam que, por segurança, ela deveria permanecer estatal. Se a empresa não atuava em algum setor essencial, então consideravam que podia ser privatizada. Esse ponto de vista pode até não ser totalmente errado, mas se não for considerado também o efeito concorrência, estas decisões não darão bons resultados. Não existe necessidade mais essencial para uma nação do que a produção de alimentos. No entanto, se a nossa produção de alimentos fosse estatizada, com certeza seria um grande fracasso. Portanto, o sucesso da iniciativa privada está na existência do fenômeno seletivo e autocorretivo chamado concorrência. De qualquer modo, é bom lembrarmos que a concorrência não é a salvação de todos os problemas da economia brasileira, e que deve ser considerada com a devida moderação ², pois, em excesso, pode provocar irracionalidades, selvagerias, fraudes ou múltiplas falências por ausência de lucro.

Ainda na década de 90, muitos políticos não queriam sequer falar em privatizações, outros, no entanto, queriam privatizar tudo, até mesmo as rodovias. Mas, de que maneira um cidadão poderá reagir contra o preço alto, contra a má conservação, contra qualquer tipo de exploração que no decorrer do tempo os administradores de rodovias resolvam impor aos motoristas ?

² **Concorrência moderada** – Concorrência que admite a prática de preços mínimos para que não haja queda de qualidade ou autodestruição do setor. A contrapartida fica por conta da liberdade ilimitada do número de concorrentes. O governo não pode proibir as reuniões setoriais (o "cartel" para preço mínimo) e nem limitar as concessões públicas ou a quantidade de investidores em cada setor. Os investidores devem ter liberdade para atuar em qualquer setor a fim de que o preço mínimo seja regulado pelas reais necessidades de cada mercado. Com esta liberdade, se os comerciantes aumentassem o preço mínimo, o número de concorrentes aumentaria também, porque, havendo lucro, aumentaria o número de interessados pelo respectivo setor. E, aumentando o número de concorrentes, o preço mínimo diminuiria automaticamente acompanhando a expansão da oferta. Além de realmente livre, justo e respeitador, o sistema de concorrência moderada é menos vulnerável e muito mais estável do que o sistema de concorrência absoluta e total, que o governo tentou implantar, à força, na década de 90. (Um sistema muito selvagem e que, além de coibir o lucro, não admitia a união e a organização dos concorrentes considerando todo mundo como maus elementos).

Se um supermercado tenta nos explorar, reagimos pacificamente deixando de comprar nele e indo comprar num outro. Mas, se uma rodovia como a Rio / São Paulo, por exemplo, começar a nos explorar, vamos deixar de passar por ela e vamos passar por onde ?...

É lógico que as pessoas que raciocinam de forma socialista, defendendo as estatais, têm os seus motivos para agir desta forma e não podemos deixar de ouvi-las. As pessoas que raciocinam de forma capitalista têm outros motivos e não podemos deixar de ouvi-las também. No entanto, a possibilidade de concorrência, ou não, parece ser a melhor variável para abrir as discussões e definir se uma empresa, de caráter público, deve ser administrada pelo método socialista (estatizada) ou pelo método capitalista (privatizada).

É verdade que o padrão de administração pública dos últimos anos (especialmente das décadas de 80 e 90), não tem sido de boa qualidade. Mas, à medida que o país for se desenvolvendo e corrigindo os excessos, o padrão de qualidade da administração pública também tende a melhorar, principalmente se for adotado um método de concorrência profissional conforme sugerido no capítulo 17.

De qualquer modo, antes de privatizar temos que levar em conta que a administração pública precisa ser realmente melhorada, e, uma vez melhorada, seria melhor manter as atividades não-passíveis de concorrência sob o controle estatal. A partir do momento que a concorrência nesses setores se tornasse viável, aí então tal estatal poderia ser privatizada. Mas, enquanto monopólio, melhor ficar nas mãos do Estado. De qualquer maneira, não é bom sairmos precipitadamente de um extremo (de muita participação do Estado) e irmos parar no extremo oposto, ou vice-versa. Os planos econômicos brasileiros costumam ser passageiros, mas a necessidade de empresas de utilidade pública é uma necessidade permanente. Por isso, o ideal é usarmos o bom senso e sermos, moderados, respeitando opiniões de capitalistas e de socialistas³ em todos os nossos planejamentos.

³ **Capitalistas e Socialistas** – Refiro-me ao Capitalismo Protestante e ao Socialismo Católico. O Capitalismo Pagão e o Socialismo Ateu (cap. 6), na minha opinião devem ser evitados e desestimulados por serem destrutivos.

Veja os demais capítulos em:

<http://renascebrasil.valvimdutra.com.br/livro-renasce-brasil.php>